



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.322

Processo n.º: 201701936-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia

Responsável: Edilson Pereira Carvalho

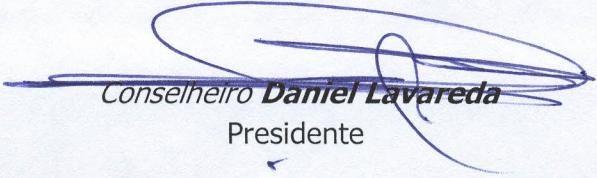
Exercício: 2016

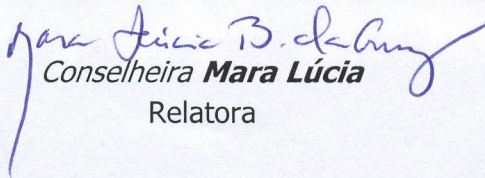
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE VALORES PROVENIENTES DE RECURSOS DO FUNDEB, PARA CUSTEAR DESPESAS DE EXERCÍCIO FINANCEIRO DIVERSO DO QUAL FOI CREDITADO. OBSERVÂNCIA DO REGIME DE CAIXA. PERMISSO LEGAL QUE AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE 5% DOS RECURSOS MENCIONADOS PARA SEREM EMPREGADOS NO 1º (PRIMEIRO) TRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO IMEDIATAMENTE SUBSEQUENTE AO QUE FOI CREDITADO, POR MEIO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 21, CAPUT E § 2º, DA LEI N.º 11.494/2007.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada por autoridade competente e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, c/c § 2º do art. 300, do RITCM-PA**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 25-27**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **em 04 de julho de 2017**.


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antônio José, Sergio Leão; Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Alexandre Cunha; e Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.322

Processo n.º: 201701936-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia

Responsável: Edilson Pereira Carvalho

Procurador: William Gomes Penafort de Souza (OAB-PA 13.369)

Instrução: Diretoria Jurídica – DJUR/TCM-PA

Exercício: 2017

RELATÓRIO

EDILSON PEREIRA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Geraldo do Araguaia, para o vigente exercício de 2017, encaminhou a esta Corte de Contas, **CONSULTA**, constante das fls. 01/02, com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**.

O consulente, em síntese, deduz a seguinte questão: ***"A Prefeitura municipal pode utilizar a complementação do repasse das diferenças do FUNDEB referente a 2016, no exercício do ano de 2017 para pagamento referente ao pessoal, ainda que não tenha sido inserida em restos a pagar?"***.

Os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, dada a faculdade insculpida no **art. 300, §4º, do RITCM-PA** (Ato n.º 18/2017), para manifestação prévia, a qual, por meio do **Parecer Jurídico n.º 127/2017/DJUR/TCM-PA** (fls. 6-8), consigna que a *"questão, levantada pelo gestor municipal, já foi tema de consulta anteriormente enviada a esta Corte de Contas, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP, sob a relatoria do Exmo. Conselheiro DANIEL LAVAREDA, formulada através do Processo n.º 201407844-00 (...)"*, assim como, que *"a temática é novamente abordada, junto ao TCM-PA, agora por meio de consulta formulada pelo Município de Cametá, cuja análise recaiu à 5ª Controladoria, através do Processo n.º 201701961-00, agora sob a relatoria do Conselheiro-Substituto SERGIO DANTAS (...)"*,

Outrossim, considerando os precedentes enumerados, a Diretoria Jurídica acompanha o entendimento firmado nos referidos processos de Consulta, transcrevendo trechos da parte conclusiva do Voto do Conselheiro Relator, além de proceder à juntada

Yamblach



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.322

aos presentes autos de cópias dos Relatórios e Votos exarado naqueles feitos (fls. 10-23).

É o relatório.

VOTO

Preliminarmente, cumpre-me analisar da regularidade da presente Consulta, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016¹, pois formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**.

No tocante ao mérito, conforme já explanado pela Diretoria Jurídica, no Parecer de fls. 06-08, a matéria relativa à utilização de recursos do FUNDEB vinculados a exercício diverso do qual foram efetivamente creditados, em favor da municipalidade, já fora formulada, anteriormente, em pelo menos 02 (duas) outras Consultas, submetidas ao TCM-PA, nos termos dos já citados Processos de n.º 201707844-00 e n.º 201701961-00.

No Processo de n.º 201707844-00, acolhendo o voto do Conselheiro Relator, este Tribunal de Contas concluiu, através da **Resolução n.º 11.604/2017/TCM-PA**, que recursos financeiros oriundos de complementação do FUNDEB, devem ser utilizados para custear despesas do exercício financeiro em que ingressarem nos cofres públicos, consoante prescreve o **art. 21, da Lei n.º 11.494/2007**, consignando-se, desta forma, o nomeado "regime de caixa".

Já no Processo n.º 201701961-00, o voto exarado pelo Conselheiro Substituto e Relator não foi diverso, porquanto entendeu que **"fere a legislação federal, em especial o art. 21 da Lei n.º 11.494/2007, a utilização de recursos do FUNDEB em exercício diverso do qual foi creditado, devendo, portanto ser observado o regime de caixa, ressalvada a exceção prevista no §2º do referido artigo"**.

¹ XVI - Responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

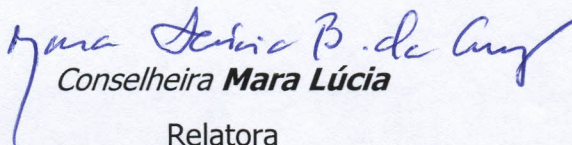
RESOLUÇÃO N.º 13.322

Com essas considerações, na esteira do entendimento já delineado por esta Corte de Contas, sobre a matéria consignada, formula-se a seguinte resposta à consulta vertente:

- a) A Prefeitura Municipal não poderá utilizar de valores provenientes de recursos do FUNDEB, para custear pagamento de pessoal do exercício financeiro anterior, observando-se, para todos os fins, o regime de caixa;
- b) Os valores oriundos dos recursos citados devem ser gastos no exercício financeiro em que forem creditados, comportando especial exceção, a tal regra, conforme previsto no §2º, do art. 21, da Lei n.º 11.494/2007, a qual permite somente a utilização de até 5% (cinco por cento), do valor dos recursos mencionados, para serem empregados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, ao exercício em que o valor foi creditado, mediante abertura de crédito adicional.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **em 04 de julho de 2017.**


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora